

F U N D A Ç Ã O

F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

Ana Laura Barbosa
Guilherme Casarões
Isabela Kalil
Leticia Cesarino
Marcos Nobre
Pablo Ortellado
Wilson Gomes

Organização:

Alice Noujaim, Beatriz Kipnis e Isabel Penz



Cadernos Vale a Pena Perguntar: Nova onda populista: direitas radicais

VOL. 6
2025

Organização e Edição:

Alice Noujaim, Beatriz Kipnis e Isabel Penz

Projeto gráfico e diagramação:

Lisia Lemes - Lilemes Comunicação

Copyright © Fundação FHC 2025

Alice Noujaim, Beatriz Kipnis e Isabel Penz

Cadernos Vale a Pena Perguntar:**Nova onda populista: direitas radicais**

Cadernos Vale a Pena Perguntar: Nova onda populista:
direitas radicais / organização Alice Noujaim... [et al]. –
1. ed. -- São Paulo: Fundação FHC, 2025.

Vários autores.

32 p.

ISBN 000

1. extrema direita – Brasil. 2. Populismo – Aspectos
políticos. 3. Democracia. 4. Política e governo – Brasil.
I. Noujaim, Alice. II. Fundação FHC. III. Série.

CDU: 32-055.2(81)

Jéssica Almeida – Bibliotecária – CRB-8/10593

As entrevistas foram editadas para melhor
compreensão e concisão.

As opiniões dos entrevistados não refletem
necessariamente a opinião da Fundação FHC.

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente,
sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte,
sob a condição de que sejam devidamente indicados
a publicação de origem e seu autor.



Apresentação

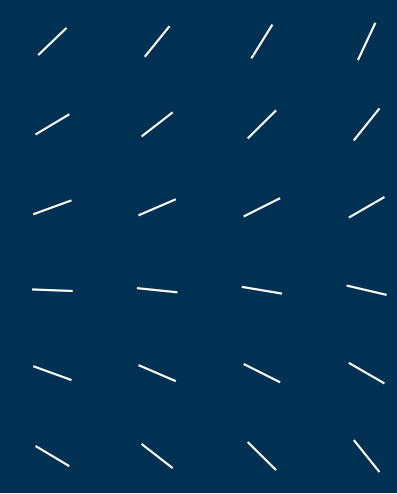


O mundo atravessa uma nova onda de populismo radical de direita, e o Brasil não ficou à margem desse processo. Vivemos recentemente um período de extremismo no Executivo e de ataques à democracia. Nossas instituições resistiram, não sem cicatrizes, e ofereceram ao mundo exemplos de como enfrentar tais ameaças. Ainda assim, a extrema direita segue presente e influencia o cenário brasileiro. Ela deixou de ser periférica: consolidou-se como força política, com presença institucional, base social mobilizada e estratégias próprias de comunicação e poder.

Este caderno reúne reflexões de sete especialistas, entrevistados em agosto de 2025, que ajudam a compreender como a extrema direita atua — nas instituições, nas ruas e redes, na cultura — e que riscos representa. Ao transformar as regras do jogo político e questionar os limites da convivência democrática,

a nova direita radical exige que também atualizemos as perguntas que fazemos sobre o presente e o futuro.

Nesta edição, **Ana Laura Barbosa** (professora de Direito da ESPM) examina como os regimes autoritários se apropriam das instituições democráticas; **Isabela Kalil** (coordenadora do Observatório da Extrema Direita) discute as estratégias e os perfis do eleitorado da extrema direita. **Guilherme Casarões** (professor de Estudos Brasileiros da Florida International University) explora o papel do nacionalismo religioso no projeto político da extrema direita; **Leticia Cesarino** (professora do Departamento de Antropologia da UFSC) avalia o alinhamento entre big techs e extrema direita; **Marcos Nobre** (professor titular de Filosofia da Unicamp) descreve o funcionamento do chamado Partido Digital Bolsonaroista; **Pablo Ortellado** (professor de Gestão de Políticas Públicas da



EACH-USP) discute o papel das guerras culturais como estratégia central no campo político; e **Wilson Gomes** (professor titular da Faculdade de Comunicação da UFBA) discute a importância da tolerância para o funcionamento da democracia.

O leitor pode optar por ler as entrevistas completas, uma por uma, mergulhando nas visões e análises de cada especialista. Como alternativa, pode usar o índice para encontrar e acessar diretamente as perguntas que mais despertem seu interesse e curiosidade.

O Projeto Vale a Pena Perguntar aproxima especialistas do público amplo, especialmente estudantes e professores, para discutir questões essenciais para o futuro da democracia. Lançado em 2022 como uma série de minidocumentários no YouTube, em 2023 passou a ser acompanhado de uma publicação que compila mais perguntas e respostas que acreditamos que valem a pena ser compartilhadas.

Boa leitura!

Sergio Fausto

Diretor da Fundação FHC

Beatriz Kipnis

Coordenadora de Estudos e Debates

Alice Noujaim e Isabel Penz

Equipe de Estudos e Debates



Índice com perguntas

06 Ana Laura Barbosa

- 06 De que maneira os regimes autoritários se apropriam das instituições democráticas por dentro, subvertendo seu funcionamento?
- 07 As instituições brasileiras estão preparadas para novos ataques à democracia? Quais são suas maiores fragilidades?
- 08 O direito brasileiro hoje consegue regular campanhas e discursos de candidatos que flertam com o autoritarismo?
- 09 Que reformas ou mudanças poderiam fortalecer as instituições para lidar com desafios semelhantes?

10 Isabela Kalil

- 10 Há, de fato, uma polarização no Brasil hoje?
- 11 Podemos falar em um perfil dos eleitores da extrema direita no Brasil?
- 12 Como a extrema direita tem mobilizado a figura da mulher no cenário político atual? O que isso revela sobre suas estratégias de comunicação e disputa eleitoral?

13 Guilherme Casarões

- 13 Como o nacionalismo religioso se articula com os projetos políticos da extrema direita, no Brasil e no mundo?
- 14 A extrema direita brasileira construiu um projeto político baseado no nacionalismo religioso? Como esse projeto se compara ao de outros países?
- 15 Como a extrema direita brasileira estruturou sua atuação política nos últimos anos? Que estratégias foram usadas para ocupar os diferentes espaços de poder e influência?

17 Leticia Cesarino

- 17 De que forma os interesses das big techs e da extrema direita têm se alinhado nos últimos anos?
- 18 As redes sociais favorecem mais a disseminação das ideias da extrema direita do que de outros campos políticos?
- 19 Como as big techs ameaçam a soberania do Brasil — e o que o país pode fazer para enfrentá-las?

21 Marcos Nobre

- 21 A extrema direita atua de forma articulada internacionalmente?
- 22 O que caracteriza o chamado Partido Digital Bolsonaro e de que forma ele desafia a lógica tradicional dos partidos políticos no Brasil?

24 Pablo Ortellado

- 24 De que forma as guerras culturais transformaram o debate político e tornaram-se uma estratégia central da extrema direita?
- 25 Há uma maioria silenciosa ainda distante da polarização política no Brasil?
- 26 Qual o peso das big techs na popularidade da extrema direita?

28 Wilson Gomes

- 28 A onda atual de extrema direita se assemelha aos fascismos do século 20?
- 29 Qual é a relação da extrema direita com o liberalismo?
- 29 Por que a tolerância é um valor indispensável para o funcionamento da democracia?



ANA LAURA BARBOSA

Professora de Direito Constitucional do curso de Direito da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Doutora e mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisadora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito São Paulo) e pesquisadora visitante da Universidade Humboldt de Berlim.

De que maneira os regimes autoritários se apropriam das instituições democráticas por dentro, subvertendo seu funcionamento?

A literatura já identificou vários métodos por meio dos quais líderes populistas e autoritários, com uma agenda contrária à democracia, entram nas instituições e as subvertem para atacar a democracia de dentro para fora. Essa não é uma novidade dos movimentos antidemocráticos atuais e tem raízes mais antigas, inclusive nas ditaduras militares do Cone Sul. Antony Pereira escreveu um livro sobre legalidade autoritária para se referir aos mecanismos através dos quais as ditaduras criavam uma estrutura burocrática de repressão¹. Por meio delas, as ditaduras justificavam punições arbitrárias e o desrespeito ao devido processo legal com uma gramática jurídica. E esse fenômeno, de certa forma, evoluiu para os ataques mais atuais à democracia — Hungria, Venezuela, Estados Unidos — com uma roupagem nova. Trata-se do uso de mudanças

legislativas incrementais para, aos poucos, modificar a estrutura de poder, perpetuar-se no poder, atacar direitos e dificultar a mobilização social, bem como a atuação do Judiciário e do Legislativo, diante de uma agenda autoritária, anti-institucional e contrária aos direitos fundamentais.



No Brasil, as nossas ferramentas de proteção institucional foram mais fortes e robustas.



Esse fenômeno possui particularidades regionais. Kim Scheppelle cunhou o termo “legalismo autoritário” para descrevê-lo, enquanto David Landau o chamou de “constitucionalismo abusivo”. Contudo, esses rótulos mascaram uma diversidade de estratégias que vêm sendo, aos poucos, mapeadas. Uma delas é quando um presidente autoritário, carismático e com maioria no Legislativo manipula esse apoio para modificar a constituição. A partir

¹ Ver: PEREIRA, Antony. Ditadura e repressão. Paz & Terra. 2012.

disso, esse líder ataca o Judiciário e as oposições e, eventualmente, consegue se manter no poder.

Só que essa caixinha de ferramentas não se replica da mesma maneira em todos os lugares. No Brasil, por exemplo, o fenômeno que observamos foi um pouco diferente, porque as nossas ferramentas de proteção institucional eram mais fortes e robustas. Entre 2018 e 2022, houve uma tentativa de usar ferramentas infralegais — decretos e portarias — que são prerrogativas do chefe do Executivo, para tentar desmobilizar uma série de órgãos burocráticos que haviam sido construídos para proteger direitos. O fenômeno brasileiro usou as instituições para forçar uma paralisia, porque o presidente Bolsonaro não tinha maioria no Legislativo. Assim, foi possível destruir uma série de ferramentas burocráticas que existiam para facilitar a execução de políticas públicas e mudar diferentes regras infralegais que existiam para implementar a legislação, alterando indiretamente seu sentido sem passar pelo Legislativo.

Claro que essa estratégia desenvolvida em termos institucionais também se relaciona com o discurso autoritário de ataque às instituições. Se o presidente tem um discurso de ataque às outras instituições, é difícil encontrar apoio no Legislativo, porque o apoio depende de negociação, convencimento e força à moderação.

O que há em comum entre os variados métodos desses líderes populistas e autoritários para atacar a democracia, sobretudo após os anos 1990, é a utilização do direito de um jei-

to mais velado do que ocorria tradicionalmente. O direito é usado com pequenas mudanças institucionais. Não há a instalação de um aparelho de repressão ou a direta substituição das eleições por outro método de alternância de poder. As formas de atacar a democracia se tornaram mais veladas, mas, ainda assim, há o uso do direito para atacá-la de dentro para fora.

As instituições brasileiras estão preparadas para novos ataques à democracia? Quais são suas maiores fragilidades?

Não é porque a democracia sobreviveu aos ataques que ela saiu ilesa. A principal demonstração disso é o desgaste sofrido pelas instituições perante o imaginário público. A ascensão de deputados e senadores de extrema direita, que se elegeram nas últimas eleições e tendem a ocupar cada vez mais o Legislativo com um discurso abertamente anti-institucional, amplia a repercussão desse desgaste no debate público.

O poder Judiciário, ao estabelecer limites para essas situações de ataques às instituições e dada a ausência de atuação de outras instituições, em muitos casos, criou soluções heterodoxas que acabaram se perpetuando. O melhor exemplo disso são os inquéritos de ofício instaurados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar atos antidemocráticos e milícias digitais, começando pelo inquérito das fake news. Isso não existe na legislação processual, não é uma atribuição direta constitucional do Supremo. Mas a justificativa do Supremo para a abertura dos inquéritos foi uma interpretação do artigo 43 do Regimento Interno, que diz que compete ao Supremo investigar os atos que ocorrem dentro das suas dependências. A grande questão foi interpretar esse “dentro das suas dependências” como tudo que acontece no mundo digital. Trata-se de um malabarismo interpretativo, uma solução excepcional criada para lidar com o período excepcional.

A dificuldade desse tipo de solução é que, além de desgastar a reputação do tribunal, ela também pode ampliar uma crise institucio-

“

O Supremo tornou-se uma instituição ainda mais protagonista na proteção da democracia, mas agora considera-se que ele é o responsável por resolver todo tipo de questão.

”

nal. Não é culpa do tribunal ter que recorrer a esses mecanismos, pois foi chamado a agir diante da inação de outras instituições. Contudo, o STF não pode ser a única instituição a reagir a tais ataques por muito tempo, sob pena de se fragilizar cada vez mais. E, considerando que a extrema direita tem conquistado espaço no Legislativo, um Supremo fragilizado poderá ser atacado e limitado por futuras majorias legislativas. A solução seria aprimorar e contar com outros mecanismos de proteção da democracia, pois é impossível depender de somente uma instituição. Não é assim que a nossa democracia constitucional funciona, nem qualquer democracia consensual. Precisamos robustecer as ferramentas de investigação e controle, melhorar a comunicação das instituições no debate público, e ampliar as cobranças com o Legislativo.

O Supremo, justificadamente, entre 2018 e 2022, tornou-se uma instituição ainda mais protagonista na proteção da democracia, mas agora considera-se que ele é o responsável por resolver todo tipo de questão. Isso traz fragilidades e problemas. Por exemplo, no caso da liberdade de expressão, a jurisprudência não está suficientemente desenvolvida para justificar remoções de conteúdo. A liberdade de expressão não é infinita, mas é preciso razões robustas para justificar os motivos pelos quais cada conteúdo foi removido.

O direito brasileiro hoje consegue regular campanhas e discursos de candidatos que flertam com o autoritarismo?

O direito brasileiro possui uma instituição muito importante, que serve de modelo para outros países: o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele não apenas julga e decide casos, mas também exerce um papel ativo ao editar regras relacionadas às eleições e ao resolver disputas entre candidatos sobre propaganda eleitoral e conteúdos políticos publicados no curso das eleições. É muito importante que esse órgão exista e funcione do modo como funciona. Sua existência, apartada de outros órgãos do Judiciário, faz com que várias disputas que chegam

ao TSE não sejam impactadas por disputas no Judiciário, e vice-versa. Claro que alguns membros do TSE também são membros do STF, o que pode gerar certa confusão no debate público; ainda assim, a existência do TSE é essencial para blindar a democracia e acrescentar mais instâncias de vetos às decisões. Embora determinados casos possam ser judicializados no STF, trata-se de esferas decisórias distintas.

A grande dificuldade do TSE nos últimos anos tem sido lidar com discursos na internet. A legislação eleitoral se concentra em abuso de poder político, econômico e dos meios de comunicação. Originalmente, quando a legislação tratava de abuso dos meios de comunicação, imaginava-se, por exemplo, um prefeito de uma cidade pequena usando alto-falantes para fazer propaganda política ou colocando cartazes na cidade para promover os grandes feitos da sua gestão. Hoje, os tempos mudaram, as tecnologias se desenvolveram, as plataformas de conteúdo tomaram outras dimensões e o desafio de lidar com esse tipo de discurso passa pela fronteira entre o que é eleitoral e o que é liberdade de expressão. Quando um candidato faz uma postagem criticando o funcionamento do sistema eleitoral, em que medida isso pode ser usado como estratégia eleitoral?

O uso das redes sociais para atacar as urnas traz benefícios eleitorais imediatos. Vimos casos como, por exemplo, do deputado Fernando Francischini (União-PR), que perdeu o mandato por atacar as urnas porque existia um benefício eleitoral. Nesse caso, é evidente que não se trata apenas de uma opinião, ainda mais quando se ataca um elemento tão central da nossa democracia, as urnas eletrônicas, que comprovadamente têm um funcionamento livre de interferências. O problema é que a legislação ainda não dispõe de mecanismos precisos para lidar com esse novo contexto. Assim, o TSE tem feito uma releitura de dispositivos antigos, atribuindo-lhes novos significados e consequências. O ideal, contudo, seria uma atualização das leis capaz de abarcar esse tipo de situação.

O próprio TSE tem atuado para atualizar as regras de sua competência, mas a mudança da lei depende do Legislativo. Como o Legislativo vem sendo ocupado por sujeitos

que não demonstram interesse em encerrar a possibilidade de explorar esses mecanismos para atacar a democracia e obter benefícios eleitorais, é difícil imaginar que a legislação venha a ser alterada. Sem essa atualização, o peso recai novamente sobre as instituições judiciais — neste caso, o TSE — para reagir a esse tipo de discurso.

Que reformas ou mudanças poderiam fortalecer as instituições para lidar com desafios semelhantes?

Existem várias reformas legislativas possíveis para atualizar a legislação eleitoral. Um primeiro exemplo diz respeito ao controle das plataformas de conteúdo. No âmbito da liberdade de expressão, há uma discussão relevante sobre o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que define o grau de responsabilidade das plataformas de conteúdo pelo conteúdo publicado. Por muito tempo se debateu a necessidade de revisar esse dispositivo para criar um regime mais robusto. Isso não ocorreu: em seu lugar, o Supremo apresentou algumas soluções parciais, que trouxeram novos problemas e desgastes. Não se trata de afirmar que o Supremo não deveria ter decidido, mas que uma solução legislativa teria sido mais perene, mais livre de dúvidas e mais apta a regular uma situação dramática para a nossa democracia.

Outro exemplo de atualização necessária é a legislação eleitoral: as regras sobre inelegibilidade, abuso de poder e sanções eleitorais contra candidatos que atacam a democracia poderiam ser aprimoradas.

No caso dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, já houve avanços importantes. Em 2021, uma lei modificou a antiga Lei de Segurança Nacional — herança autoritária da ditadura — e incluiu crimes como o atentado violento à democracia e o golpe de Estado, ambos aplicados nos casos do 8 de janeiro. Ainda assim, novas formas de atacar a democracia continuam a surgir, como os ataques à soberania nacional. A leitura dos crimes contra o Estado Democrático de Direito não permite identificar um crime no qual precisamente se

enquadra um parlamentar que negocia com autoridades do governo, não para atacar o governo diretamente com armas ou para invadir o país, mas para erodir a autoridade das instituições. Não existe um crime destinado a punir precisamente essa conduta. E, sem uma alteração legislativa, surge novamente a dificuldade: o que fazer diante desse tipo de ameaça? O Judiciário aplica de forma ajustada um artigo que não se adequa completamente à situação para solucionar um problema que tem assolado a democracia.

Por fim, a atuação da Procuradoria-Geral da República (PGR) merece atenção. Como o Procurador-Geral da República detém o monopólio da instauração de ações penais contra o Presidente da República, sua eventual inação — ou alinhamento político ao chefe do Executivo — pode significar mais proteção e permissividade diante de certas denúncias. Embora existam instâncias de revisão das decisões da PGR no Ministério Público, elas são difíceis de acionar. Externamente, restaria somente o impeachment, medida absolutamente excepcional e de difícil aplicação. Para amenizar essa situação, no mínimo, poderia existir uma instância revisora mais efetiva da atuação da PGR.



ISABELA KALIL

Mestre e doutora em Antropologia pela USP, atuou como visiting scholar na Universidade de Columbia, Nova Iorque. Atualmente é professora de Ciência Política e Antropologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coordena o Observatório da Extrema Direita (OED).

Há, de fato, uma polarização no Brasil hoje?

Sou reticente à ideia de polarização, porque ela pode dar a impressão de que estamos falando de dois polos simétricos, como esquerda e direita, quando o que vivemos é mais complexo. No Brasil de hoje, existem pelo menos três grandes segmentos. Há a direita em um amplo espectro, com a extrema direita puxando esse segmento para o extremo — e quando isso acontece, todo mundo se move, inclusive a esquerda, porque a política é relacional. Existem também a centro-esquerda e a esquerda, em sua diversidade. E há, ainda, uma população que não é exatamente de centro, mas que está cansada da política e de ter que escolher ou se posicionar de maneira binária, por diferentes razões muito legítimas.

Poderíamos dizer, então, que a sociedade brasileira está tripartida. Agora, se pensarmos em como romper com essas divisões, há um ponto-chave: a extrema direita entendeu que não é falando abertamente sobre política que se conquista a política.

Muitas vezes o discurso é sobre religião, videogames, entretenimento, filmes, novela, roupa, configuração familiar, entre

tantos outros temas. Ao fazer isso, a extrema direita entendeu que o tempo todo estamos falando de política. Até quando alguém diz “não gosto de falar sobre política”, “não me envolvo em política” ou, no limite, “não voto”, ainda assim está mobilizando política — seja pela via da moralidade, do entretenimento ou até do humor.



A extrema direita entendeu que não é falando abertamente sobre política que se conquista a política.



O campo democrático precisa, portanto, olhar para a política para além do institucional e entender que ela está presente o tempo todo e não apenas quando falamos sobre questões tradicionais como voto, representação ou movimento social. A política se faz no cotidiano e em diferentes categorias da vida. A política não se restringe a um espaço separado — ela nos atravessa constantemente.

Podemos falar em um perfil dos eleitores da extrema direita no Brasil?

Atualmente, nas minhas pesquisas, trabalho com a passagem do perfil do “cidadão de bem” para o “patriota”. Explico: o “cidadão de bem” é uma articulação de pelo menos 16 perfis diferentes², com diferentes demografias. Esse grupo reúne mulheres defendendo pautas conservadoras no campo da educação, jovens defendendo uma agenda de liberdade irrestrita, pessoas que são contra políticas sociais e, de maneira mais ampla, contra o Estado, entre outros.

Ou seja, há uma articulação de diferentes grupos. Não é como se conseguíssemos encontrar uma pessoa na rua e dizer “olha, essa pessoa é desse perfil”. Ainda que exista a mobilização de certas categorias, não funciona dessa maneira.

Não inventamos essas categorias, nós as identificamos em campo, a partir de uma pesquisa etnográfica de aproximadamente 10 anos. Elas aparecem como uma combinação: usando a metáfora do caleidoscópio, são diferentes fragmentos que se conectam e formam arranjos variados. Isso significa que, em determinado momento, alguns grupos se tornam mais importantes. Em outro momento, dependendo da agenda e do contexto, outros ganham relevância.

A partir de 2020, consolidando-se em 2022 e atingindo seu ápice em 2023, ocorre uma mudança estrutural nesses eleitores. Não se trata apenas da combinação de novos segmentos, mas da transição da figura do “cidadão de bem” para a do “patriota”³. Esta também é

uma categoria analítica que nos permite compreender a inovação. É alguém que se coloca com muito mais radicalidade, tanto no debate público quanto no digital, e que chega a assumir riscos como ir para a prisão ou, no limite, até morrer.

A diferença entre o “cidadão de bem” e o “patriota” está nessa escala de radicalidade. No “cidadão de bem”, estamos falando de questões eleitorais, em apoio ao candidato, voto, mobilização em eventos públicos e campanhas no digital. Tudo isso faz parte de uma agenda que está na política. O “patriota”, por sua vez, mobiliza pessoas, por exemplo, para invadir prédios públicos, atacar instituições e se colocar em risco em nome desse debate.

“

A fé cega em teorias da conspiração é um dos muitos elementos que levam alguém a agir com tamanha radicalidade.

”

Para entendermos essa mudança, vale olhar para 2020, momento em que vivemos uma situação-limite. Quando a Organização Mundial de Saúde anunciou a Covid-19 como uma pandemia, afirmou que estávamos vivendo duas crises: uma pandemia propriamente dita e uma “infodemia” — um excesso de informações, verdadeiras ou falsas, que afetam a saúde das pessoas. Esse contexto fez com que parte dos eleitores se conectasse muito mais com teorias conspiratórias.

Por exemplo, circularam teorias de que, ao tomar a vacina, seria implantado um chip capaz de se conectar a uma torre de Wi-Fi para controlar pensamentos e ações. A pandemia acabou sendo instrumentalizada como uma oportunidade para substituir as teorias conspiratórias sobre a vacina por outras teorias e tornar críveis até mesmo ideias completamente fora da realidade.

2. KALIL, Isabela Oliveira. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, out. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/40062985/QUEM_S%C3%83O_E_NO_QUE_ACREDITAM_OS_ELEITORES_DE_JAIR_BOLSONARO. Acesso em: 6 out. 2025.

3. KALIL, Isabela. Do “cidadão de bem” ao “patriota”: eleições, desinformação e extremismo. In: NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy J. (orgs.). *Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos*. São Paulo: ANPOCS; Hucitec, 2022. Disponível em: <https://lojahucitec.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Democracia-e-Eleicoes-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 6 out. 2025.

Depois, foram disseminadas teorias conspiratórias sobre o resultado das eleições, incluindo a de que a eleição de 2022 havia sido fraudada, ou até mesmo de que Lula teria morrido e quem teria assumido a presidência seria um holograma. Nas nossas entrevistas, há pessoas que acreditam verdadeiramente que hoje não há uma pessoa de fato ocupando a presidência. A fé cega nessas teorias, das mais variadas, é um dos muitos elementos que levam alguém a agir com tamanha radicalidade.

Como a extrema direita tem mobilizado a figura da mulher no cenário político atual? O que isso revela sobre suas estratégias de comunicação e disputa eleitoral?

Até um dado momento histórico, a literatura sobre voto apontava uma trajetória em que as mulheres acompanhavam os votos dos seus companheiros, como se o voto feminino fosse um apêndice, ou seguisse uma tendência ditada principalmente pelos seus companheiros homens.

Hoje, o voto feminino está em disputa. Em situações de disputas eleitorais cada vez mais acirradas, se entendemos que a sociedade brasileira está dividida em pelo menos três grandes segmentos que já mencionamos, aquela terceira fração que não quer escolher, ou não quer participar de um debate acirrado, é muito pouco afeita à violência. É um segmento que não quer participar do desgaste que participar da política no debate público causou historicamente, como disputas e rupturas, inclusive entre familiares.

O lugar das mulheres, os corpos das mulheres e as mulheres como referência têm sido mobilizadas mais recentemente pela extrema direita — nas eleições municipais de 2024 e agora em 2025 — como uma saída moderada, que seria capaz de comunicar-se e conectar-se com esses segmentos que estão cansados de tudo que a extrema direita apresentou até agora, inclusive sua violência e os seus representantes homens.

Com isso, a extrema direita se reconfigura e a suposta defesa das mulheres torna-se um lugar muito ambíguo. Por exemplo, o aumento da participação das mulheres na política do ponto de vista institucional é uma agenda democrática mais do que urgente, que a extrema direita tem mobilizado. Porém, ao olhar mais de perto, percebe-se que se trata de uma agenda de proteção e emancipação das mulheres que ainda opera sob lógicas de exclusão, de violência e dentro dos paradigmas mais clássicos da extrema direita.

Seria quase como um “cavalo de Troia”. Para um eleitor cansado daquilo que a extrema direita apresentou até aqui e resistente a ela, esse tipo de discurso consegue chegar e mobilizar as pessoas que, de boa-fé, acreditam que estão melhorando a política, com a maior participação das mulheres, e defendendo agendas de interesse comum, como a proteção de mulheres e crianças.



GUILHERME CASARÕES

Cientista político e professor de Estudos Brasileiros da Florida International University. Foi professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), professor visitante da Brown University e é coordenador do Observatório da Extrema Direita. Realiza pesquisas na área de política externa brasileira e extrema direita global.

Como o nacionalismo religioso se articula com os projetos políticos da extrema direita, no Brasil e no mundo?

O nacionalismo religioso é um conceito antigo, que foi reabilitado com o fim da Guerra Fria. Naquele momento, a incerteza era gigantesca. Mark Juergensmeyer escreveu um livro chamado 'The New Cold War?: religious nationalism confronts the secular state'⁴ logo depois do fim da União Soviética, em que reintroduziu no debate acadêmico a ideia do nacionalismo religioso. O argumento dele é que, durante a Guerra Fria, as lealdades ficaram muito presas à dimensão ideológica (comunismo, mundo livre, capitalismo). No período posterior, essas lealdades começaram a se reorganizar, passando pela religião, ou ao menos alguns movimentos começaram a expressar sua adesão por meio dela.

Trata-se de um novo nacionalismo, não mais pautado por uma convicção ideológica

sobre a nação, mas por uma leitura histórica sobre a religião como base da nação. Juergensmeyer escreveu esse livro a partir do que observava, no início dos anos 1990, em países como o Afeganistão e o Sri Lanka. Ele percebeu um conjunto de pequenos movimentos que sinalizavam uma nova tendência de reconfiguração das lealdades para além da nação e do Estado nacional tradicional. Talvez o próprio autor não imaginasse que sua tese dos anos 1990 seria reabilitada recentemente para compreendermos os fenômenos que, nos últimos anos, se manifestam de maneira muito ostensiva e organizada.

O nacionalismo religioso é uma percepção coletiva de que o pertencimento a uma determinada coletividade nacional passa pela filiação religiosa. E essa filiação religiosa não se limita a ter sido batizado ou frequentar a igreja a cada celebração de casamento; significa praticar um conjunto de valores e aderir a um conjunto de preceitos morais ligados a uma determinada religião.

Esse fenômeno assume formas distintas em cada país: na Índia, manifesta-se como nacionalismo hindu; no Japão, como um nacionalismo profundamente cultural, com marcas xintoístas; em Israel, como nacionalismo judaico; e em vários países da América, como

4. 'A Nova Guerra Fria?: o nacionalismo religioso confronta o Estado secular', em tradução livre; University of California Press, 1993



O nacionalismo religioso se conecta intimamente à extrema direita porque funciona como um instrumento ideológico muito útil para criar solidariedades transnacionais.



nacionalismo cristão. A Hungria é também um laboratório dessa vertente. O nacionalismo islâmico também encontra suas expressões mais associadas à direita radical ou à extrema direita.

O nacionalismo religioso se conecta intimamente à extrema direita porque funciona como um instrumento ideológico muito útil para criar solidariedades transnacionais. A defesa do “cristão”, por exemplo, pode ser mobilizada em qualquer lugar do mundo e, muitas vezes, pesa mais do que a defesa baseada na nacionalidade. Nessa lógica, um cristão perseguido no Afeganistão, na Nicarágua ou nos Estados Unidos importa mais do que um progressista ou alguém que não seja fundamentalmente religioso e esteja passando fome ou enfrentando um problema político.

Com isso, solidariedades e inimizades entre nações se alteram. Na campanha de 2018, por exemplo, Bolsonaro falou que os votos do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) seriam guiados pela Bíblia. Isso reconfigurou a maneira como o Brasil se relacionava com parceiros históricos, mas que não defendem uma pauta cristã e que, portanto, não seriam mais aliados em votações.

Esse fenômeno também permite uma unidade de discurso, porque faz parte de uma visão religiosa, cristã no caso do Brasil, ter um conjunto de valores e pautas que se materializam na vida pública. Dessa lógica derivam pautas antiaborto ou que ressignificam o que deve ser ensinado nas escolas.

No Brasil, observa-se uma disputa entre católicos e evangélicos pelo controle da narra-

tiva do nacionalismo religioso. Movimentos católicos conservadores têm ganhado crescente proeminência e buscam ocupar o mesmo espaço que os pastores evangélicos ocupam na política nacional e, principalmente, no debate público no campo da direita.

Bolsonaro tem um significado central nesse processo. Como observa o sociólogo Paul Freston, ele pode ser definido como um presidente pan-cristão, por ter conseguido amalgamar esses grupos religiosos. É essa capacidade que o torna tão indispensável. Pablo Marçal, por exemplo, é evangélico e está muito mais vinculado a um grupo específico, enquanto Bolsonaro se beneficia dessa ambiguidade religiosa.

A extrema direita brasileira construiu um projeto político baseado no nacionalismo religioso? Como esse projeto se compara ao de outros países?

Durante o governo Bolsonaro, houve uma escolha muito clara de abandonar o universalismo da política externa brasileira — que historicamente buscava amizade com todos os países — para uma postura mais seletiva nas relações internacionais, que se manifestou na dimensão religiosa.

O alinhamento do Brasil com países que acreditam que “Deus está acima de tudo” aparece no discurso de posse de Ernesto Araújo como chanceler, no discurso de posse de Bolsonaro, bem como em diversas manifestações de campanha e de governo. Ernesto Araújo afirmava que a fobia a Deus contaminou a cultura europeia pós-moderna. O vice de Trump, J. D. Vance, repete esse discurso hoje: quando ele foi à Conferência de Segurança de Munique, afirmou que o maior problema da Europa não é a Rússia, mas a própria ideologia progressista europeia.

Esse discurso tem ganhado muita força ao redor do mundo e o bolsonarismo foi um exemplo expressivo. As alianças do Brasil com

Índia, Israel, Hungria e Estados Unidos foram baseadas no nacionalismo religioso como grande elemento de vinculação ideológica.

Porém, no caso de Bolsonaro, foram quatro anos e o projeto nacionalista religioso não saiu do papel. Ele teve manifestações de ministros evangélicos, mas não houve um projeto consolidado de nacionalismo religioso que mudou completamente a estrutura do pensamento coletivo do Brasil.

Isso não ocorreu, seja porque o tempo de governo foi limitado, seja porque a chamada “guerra cultural”, como defendia Olavo de Carvalho, ainda não havia se desenvolvido de forma suficientemente prolongada antes da eleição de Bolsonaro. Na visão de filósofos da direita radical brasileira, seria necessária uma guerra cultural muito mais extensa para criar as bases sociais que permitissem a um líder como Bolsonaro assumir o poder já com condições de promover transformações estruturais.

O grande contrafactual do que ocorreu no Brasil entre 2018 e 2022 são os Estados Unidos de hoje. Trump foi presidente por quatro anos e também não conseguiu fazer mudanças radicais na lógica da política americana, embora já sinalizasse muitos elementos da sua pauta nacionalista religiosa. Nos Estados Unidos, a força política da direita evangélica é muito mais antiga do que no Brasil, mas, mesmo com essa ressalva, Trump volta após quatro anos fora do poder e escancara o nacionalismo religioso, presente sobretudo no Projeto 2025, que ele já havia sinalizado como a base fundamental de todas as suas políticas públicas.

Menos de um ano após reassumir a presidência, observa-se que grande parte das suas decisões, inclusive as inconstitucionais, fazem parte de uma agenda centrada em uma visão cristã de mundo. Não se trata de questionar a legitimidade dessa visão em si, mas ela não pode ser imposta autoritariamente. E muito do que Trump tem feito, frequentemente em violação à Constituição americana, corresponde exatamente a isso: impor uma visão de mundo cristã a partir de uma prática fundamentalmente antidemocrática, ainda que com grande apoio popular. O Projeto 2025, a segunda passagem de Trump pela Casa Branca, constituem o exemplo máximo, no Ocidente, de um gover-

no consolidado em torno de valores nacionalistas cristãos.

Como a extrema direita brasileira estruturou sua atuação política nos últimos anos? Que estratégias foram usadas para ocupar os diferentes espaços de poder e influência?

A extrema direita no Brasil, em sua versão bolsonarista, mal foi criada e já foi eleita para o Poder Executivo Federal. A estratégia política da extrema direita foi sendo construída enquanto Bolsonaro buscava o poder ou já exercia a presidência. Não se tratou, portanto, de uma estratégia de base, fruto de uma longa trajetória de construção política de baixo para cima.

O bolsonarismo se organizou em torno da figura do Jair Bolsonaro, mas também por meio das redes sociais e dos famosos Google Hangouts, em que figuras da extrema direita se reuniam para discutir temas de sua pauta. Entre 2013, quando ocorreram as primeiras grandes manifestações antissistema no Brasil, até 2018, essa extrema direita se organizou aceleradamente e se espalhou pelo eleitorado até chegar ao brasileiro médio. Muitas de suas pautas ressoavam profundamente para um amplo segmento da população no Brasil, até o momento em que Bolsonaro foi eleito.

A estratégia política da extrema direita naquele momento se restringia às redes sociais. Não havia, por exemplo, um cálculo de quantos vereadores era preciso eleger em cada cidade. Isso ocorreu após a eleição de Bolsonaro. Desde que Bolsonaro chegou ao poder em 2019, a estratégia da extrema direita passou a ser ocupar progressivamente espaços na sociedade mais ampla e na dimensão local da política. O próprio Bolsonaro se deu conta rapidamente de que não adiantava ser presidente do Brasil se ele não tivesse apoio político de fato na base.

Em 2020, a eleição foi conturbada porque aconteceu no meio da pandemia, mas já

representou uma tentativa, por parte do bolsonarismo, de ocupar espaços municipais. Em 2022, houve muito investimento por parte da extrema direita na ocupação de espaços estaduais, por exemplo, nas assembleias legislativas. A eleição de 2024 ampliou a base bolsonarista nos municípios.

de espaços políticos precisa acontecer para qualquer movimento se consolidar. O Brasil é a melhor lição de que não basta eleger um presidente da república, não é possível fazer nada sem outros respaldos institucionais e sociais.

//

A estratégia se resume à ocupação política de baixo para cima, combinada com uma ocupação cultural e midiática.

//

Além dos cargos eletivos, a extrema direita tem buscado ocupar espaços da sociedade civil. Um exemplo é o dos conselhos tutelares, nos quais é possível implementar determinadas pautas ou, pelo menos, obstruir outras. A mesma lógica se aplica a conselhos em geral, às escolas públicas, à imprensa e à inserção de figuras estratégicas em arenas centrais da chamada “guerra cultural”. Essa tem sido uma de suas estratégias, desenvolvida ora de forma organizada, ora de modo mais diletante.

No caso da imprensa, percebendo que o bolsonarismo não tinha capilaridade na imprensa tradicional, a despeito de algumas vozes particulares em defesa de Bolsonaro, a extrema direita instrumentalizou, por exemplo, a Rede Jovem Pan, e criou revistas e mídias alternativas, como a Revista Oeste e o Brasil Paralelo. A estratégia se resume à ocupação política de baixo para cima, combinada com uma ocupação cultural e midiática, em larga medida replicando o que ocorre, agora com muito mais vigor, nos Estados Unidos.

Esses movimentos não são novos. Existe toda uma teoria sobre participação política por meio dos chamados movimentos de *grass-roots*, ou seja, movimentos de base. A extrema direita entendeu a teoria, leu o livrinho, digamos assim, e fez de acordo. E, dentro do jogo, faz isso corretamente. Afinal de contas, a ocupação



LETICIA CESARINO

Antropóloga, doutora pela Universidade da Califórnia em Berkeley. Desde 2014, é professora e pesquisadora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atua na área da antropologia digital. Entre 2023 e 2024, foi assessora especial no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. É autora de 'O Mundo do Averso: Verdade e Política na Era Digital' (UBU, 2022).

De que forma os interesses das big techs e da extrema direita têm se alinhado nos últimos anos?

A relação entre empresas de tecnologia e política nos diferentes países foi mudando ao longo do tempo, e houve uma grande mudança de ciclo com a eleição de Donald Trump para um segundo mandato nos Estados Unidos.

Em princípio, poderíamos pensar nos efeitos políticos da plataformização como não intencionais. Ou seja, as empresas grandes desejam crescer, virar monopólios e lucrar com seus modelos de negócio. Não houve inicialmente intenção política, explícita ou proposital, por trás dessa infraestrutura. Contudo, na medida em que ela foi construída e colocada no mundo com o propósito de gerar lucro para as empresas, essa infraestrutura começa a se retroalimentar com os próprios usuários — tanto usuários comuns quanto influenciadores. Essa relação gera efeitos talvez não antecipados: desinformação, teorias da conspiração, populismo, radicalização, etc.

Quando a regulamentação começou a ser discutida para resolver o impacto dessas

tecnologias na corrosão da democracia, passou a se considerar que as empresas teriam que adotar alterações mais estruturais — tanto na forma como os algoritmos são programados quanto no próprio modelo de negócios baseado na economia de atenção. As duas dimensões estão interligadas: os algoritmos são pré-programados de determinada maneira porque seguem a lógica da economia da atenção como modelo de negócio.

Contudo, a discussão sobre regulamentação passou a ser percebida como um paradoxo: tratava-se de enxugar gelo. Melhorias na moderação, transparência nos mecanismos de punição e sanção aos usuários, etc., nada disso tocava no cerne do problema, que é de natureza infraestrutural. Criou-se, então, uma situação em que o poder público — no Brasil, na Europa e em outros lugares — avançava com a regulamentação, enquanto as empresas se viam diante de uma situação em que a resolução dos problemas crônicos demandaria mudanças mais estruturais na forma como obtêm lucro, constroem as infraestruturas e programam seus algoritmos — algo que talvez elas não pudessem ou desejassem fazer.

Foi nessa conjuntura que ocorreu a aproximação mais recente e mais explícita de muitas dessas empresas com as forças

//

No Brasil, a convergência entre extrema direita e big techs ficou muito clara durante a tramitação da PL 2630, conhecida como “projeto das fake news”.

//

políticas da extrema direita que chegaram ao poder nos Estados Unidos. Há um alinhamento de interesses na medida em que, para a extrema direita, a inexistência de regulamentação é vantajosa para garantir um espaço mais “livre”, em seus termos, para expressar as suas ideias extremas.

No Brasil, a convergência entre extrema direita e big techs ficou muito clara durante a tramitação da PL 2630, conhecida como “projeto das fake news”, um projeto para a regulação e transparência das plataformas. Seus interesses convergiram para a manutenção do atual paradigma da autorregulação, segundo o qual a incidência regulatória nos ambientes digitais seria reservada às próprias plataformas. Com efeito, elas possuem as suas próprias “constituições” alternativas: os termos de uso. São elas que definem as regras, as implementam, e julgam os recursos de pessoas que se sentem injustiçadas. Assim, constroem um aparato institucional que emula a democracia, mas a partir de uma lógica completamente diferente e controlada por elas mesmas.

Nesse cenário, como a extrema direita é uma força política que atua (ou pelo menos no início atuava) à margem da lógica do debate democrático, é mais conveniente para ela permanecer nesse espaço paralelo das plataformas. Portanto, a convergência de interesses ocorre por razões diferentes, econômicas do lado das plataformas e políticas do lado da extrema direita, pelo menos por enquanto. Uma tendência possível no futuro seria o interesse das plataformas se tornar cada vez mais explicitamente político.

As plataformas e os espaços digitais operam fora da democracia, pois obedecem a outras mediações. Porém, as escolhas eleitorais, imagens de futuro das pessoas, têm se moldado cada vez mais pelo enquadramento de realidade proveniente das plataformas. Portanto, elas estão fora, mas também dentro: é nessa dobradiça entre o dentro e o fora da democracia — e na convergência entre interesse político e interesse econômico das plataformas — que a democracia vai sendo corroída por dentro.

O fato de tantos CEOs e fundadores estarem na primeira fileira da posse de Trump, à frente até de algumas das pessoas nomeadas para altos cargos da administração, mostra a empolgação da indústria com o direcionamento político tomado pelos Estados Unidos. Eles anteveem mais liberdade econômica para si, termo assim utilizado por eles, e talvez até abertura para apoio estatal: fechar contratos com o Ministério da Defesa, ou a entrada da inteligência artificial na administração pública, a defesa do interesse de empresas americanas em disputas globais no campo da tecnologia, acirrada pela corrida pelas Inteligências Artificiais (principalmente frente às empresas chinesas). Elas esperam pegar carona na capacidade de pressão e intervenção geopolítica do governo americano, como o que vimos no Brasil na tentativa de interferir em assuntos internos relativos ao julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro.

As redes sociais favorecem mais a disseminação das ideias da extrema direita do que de outros campos políticos?

Sim. Inicialmente, quando a internet platformizada passou a ser a principal via de mobilização política e de decisões eleitorais, difundiu-se a ideia de que a extrema direita era mais competente no uso dessas ferramentas, enquanto a esquerda e outros segmentos do campo democrático tinham mais dificuldade e avançavam mais lentamente nessa curva de aprendizado. Em parte, isso é verdade: figuras extremas como Jair Bolsonaro — uma perso-

nagem limítrofe no mundo pré-digital — tendem a se apropriar mais rapidamente de novas tecnologias, justamente porque não encontram tanto espaço no ambiente de mídia convencional. Isso é verdadeiro, mas essa explicação sozinha não basta.

Hoje, podemos entender o ambiente das plataformas como um rio de correnteza muito forte. Enquanto a extrema direita nada a favor dessa correnteza, outras forças políticas têm um limite na sua capacidade de aprendizagem e melhoria na sua forma de comunicação, pois nadam sempre contra essa corrente. O próprio ambiente digital favorece o tipo de mobilização da extrema direita, baseada na economia da atenção, na bifurcação de públicos e na colonização do debate pela lógica do senso comum e por pautas privadas, como religião, moralidades quotidianas, etc. Nesse contexto, torna-se muito mais difícil reproduzir, nos ambientes digitais, uma comunicação nos termos do mundo pré-digital.

Ainda assim, há espaço para a disputa pelo campo democrático e para o aprendizado de formas de comunicação mais estéticas e afetivas. Enquanto o modelo dos partidos e do programa de governo tende a ser mais árido e depender da mediação de especialistas para alcançar o senso comum, a comunicação digital é mais direta. Ela opera por meio de intermediários que se apresentam como antissistema e como iguais aos eleitores, e nos quais estes podem se reconhecer e confiar.

//

A extrema direita opera com uma organização política mais direta: transpõe a mesma linguagem privada para a linguagem da política.

//

A gestão de uma sociedade grande e complexa como a brasileira exige organização na distribuição de recursos. Em algumas situ-

ações, isso pode ter um caráter político, mas em muitas outras, precisa ser técnico, demandando o que podemos chamar de Estado administrativo: burocracias e especialistas que fazem políticas públicas baseadas em evidências. Esse tipo de aparato é menos palatável ao senso comum e pode facilmente se tornar objeto de desconfiança.

Já a extrema direita opera com uma organização política mais direta: transpõe a mesma linguagem privada, ou seja, a forma como as pessoas avaliam a sua vida e a sua relação com a sua família, com seus vizinhos e com o cotidiano, para a linguagem da política. Isso obviamente atrai mais as pessoas, que se identificam muito mais. Contudo, a política do senso comum não é a melhor forma de gerir um Estado-nação como o brasileiro.

Isso não significa que o ponto de vista dos especialistas e das burocracias seja superior ao senso comum. São saberes e práticas de conhecimento diferentes, que se complementam e têm esferas de aplicação distintas. Transformar a gestão de uma democracia, principalmente de uma democracia tão grande, inclusive territorialmente, como a brasileira, em uma política do senso comum, é uma estratégia fadada ao fracasso.

Como as big techs ameaçam a soberania do Brasil — e o que o país pode fazer para enfrentá-las?

Na medida em que as big techs e seus CEOs começam a se posicionar politicamente de forma explícita, como podemos continuar delegando tanto para as plataformas e demais ambientes digitais, inclusive dados sensíveis e parte da própria institucionalidade de Estado? Como podemos confiar que aquele espaço é resiliente e estará funcionando amanhã, sendo que as plataformas podem desligá-lo na hora que quiserem? Estamos chegando a um problema limite de confiança, em que se torna imperativo termos as nossas próprias infraestruturas. O Brasil está muito longe disso, infelizmente, porque não foram feitas políticas públicas nesse sentido e o próprio setor privado brasileiro não

tinha como competir com as plataformas. Elas entraram muito rápido e de forma desregulada, não só no Brasil, mas em vários outros países, principalmente no sul global.

Precisamos começar a construir infraestruturas soberanas praticamente do zero, mas é importante começar, por parcerias público-privadas, mas sempre com protagonismo do Estado, porque é a entidade com escala para fazer frente ao tamanho de empresas cujo valor excede o PIB de muitos Estados-nação hoje. Não é uma única empresa ou um coletivo que conseguirá enfrentar esse problema, embora os movimentos de baixo para cima também sejam importantíssimos. O protagonismo do Estado e da política pública é necessário para fomentar a soberania digital do Brasil, incluindo parcerias internacionais com outros Estados-nação que também não querem permanecer reféns dessas empresas, como são atualmente. Hoje, as big techs detêm boa parte das infraestruturas em que operam a vida dos cidadãos e do próprio Estado, empresas e universidades de muitos países estão reféns de suas nuvens, servidores e outras infraestruturas. É necessário construir alternativas dentro das possibilidades que existem hoje, ainda que sejam muito pequenas, pois em algum momento a hegemonia dessas grandes empresas de tecnologia pode começar a ruir. Se não tivermos nada para aproveitar esse vácuo, as empresas se reorganizarão e ocuparão o espaço novamente, como já aconteceu antes. A indústria tech tem demonstrado grande capacidade de sobreviver a crises, se reinventando enquanto grandes oligopólios.

A história é feita de conjunturas alternadas, de ciclos de hegemonia. Um dia, a hegemonia do Vale do Silício irá necessariamente ruir. Esperamos que seja logo e que, ao mesmo tempo, tenhamos tempo de construir alternativas escaláveis quando essas fendas começarem a aparecer. A questão da imaginação política precisa ser recolocada em termos materiais. Precisamos experimentar futuros possíveis concretamente, ainda que em menor escala, como projetos-piloto de plataformas ou aplicativos em que as escolhas sobre funcionamento dos algoritmos e distribuição de valor sejam controladas pelos próprios trabalhadores e empreendedores, por exemplo.

Existe uma rede de soberania digital que, mais recentemente, começou a incidir e pressionar mais em Brasília, principalmente por meio do mandato do deputado Orlando Silva, relator do PL 2630. No caso da construção de infraestruturas de soberania digital, as instituições de ensino superior, sobretudo as universidades públicas, poderiam ser uma base para essa construção devido à sua expertise técnica e sua territorialização por todo o país. Mas essa construção não deve se limitar a instituições públicas. Pode e deve haver parcerias público-privadas com empresas brasileiras, sejam empresas mais estabelecidas, sejam startups, projetos de base comunitária e outros agentes que podem se articular em rede na construção de ecossistemas digitais soberanos aqui no Brasil.



MARCOS NOBRE

Professor titular de Filosofia Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Cebrap, onde dirige o Center for Critical Imagination (CCI/Cebrap). Em 2023, recebeu o Prêmio Jabuti de melhor livro do ano em Ciências Sociais por 'Limites da Democracia: de Junho de 2013 ao governo Bolsonaro' (Todavia, 2022).

A extrema direita atua de forma articulada internacionalmente?

Essa pergunta é bem complexa, porque a ideia de uma unidade na extrema direita global não é verdadeira — pelo menos até agora, e creio que tampouco no futuro. A extrema direita nunca foi unitária: o fascismo italiano, o nazismo, o autoritarismo japonês e outras formas de autoritarismo não tinham unidade.



A ideia de uma "internacional autoritária", cuja existência é reconhecida, não significa que todos estejam de acordo e que o projeto seja igual.



Hoje, na Europa, há uma disputa entre Marine Le Pen, na França, e Giorgia Meloni, na

Itália. Notam-se diferenças entre Alice Weidel, na Alemanha, e Giorgia Meloni. Além disso, a extrema direita europeia não mantém boas relações com a extrema direita dos Estados Unidos. Por isso, é difícil a coordenação entre elas no sentido de alcançar um projeto comum — embora elas se apoiem em causas específicas. Basta ver o que Trump fez com o Brasil, em nome da defesa de Bolsonaro: existe esse tipo de "solidariedade".

A unidade da extrema direita mundial também faz parte de uma certa teoria da conspiração da parte progressista. A ideia de uma "internacional autoritária", cuja existência é reconhecida, não significa que todos estejam de acordo e que o projeto seja igual.

Um fenômeno do período atual é a cópia, em locais diferentes, de modelos que deram certo em determinado lugar. Não se trata apenas da estratégia de destruir a democracia em nome da própria democracia e de seus princípios, também há estratégias de comunicação muito importantes — digitais e de mobilização de massa. Assim, os fóruns da extrema direita, como o *Conservative Political Action Conference* (CPAC), que ocorre em diversos países, funcionam como espaços de troca de experiências, não necessariamente de imposição de posições.

Além disso, há uma atuação importantíssima de *think tanks*, como se costuma chamar, que produzem projetos e financiam candidaturas e ideólogos. Existem milionários que financiam todas essas iniciativas, a extrema direita mundial é sempre muito rica.

O que caracteriza o chamado Partido Digital Bolsonaro e de que forma ele desafia a lógica tradicional dos partidos políticos no Brasil?

Uma das características importantes do bolsonarismo é seu funcionamento como partido. Porém, trata-se de um partido digital. Essa característica é possível porque Bolsonaro acumulou mais de dez anos de experiência em digitalização e utilizou recursos do governo, quando esteve na presidência, para aperfeiçoar suas técnicas.

O Partido Digital Bolsonaro possui estratégia eleitoral própria. Embora não seja registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), funciona como um partido e detém grande vantagem competitiva: por não estar registrado, não é auditado, não precisa prestar contas e não se sabe de onde vêm os recursos, entre outros aspectos.

//

O partido digital consegue acessar a institucionalidade ao mesmo tempo em que permanece na sombra.

//

O partido tradicional não detém os mesmos recursos que um partido digital, mas possui outros recursos para se reproduzir no interior do Estado. Quando ocorre colaboração entre partido tradicional e partido digital, não

significa que ambas as estratégias estejam em harmonia — ao contrário, elas competem entre si, o que é uma vantagem competitiva para ambos. Por exemplo, diante de um inimigo comum, o partido tradicional e o partido digital se unem para derrotá-lo. Na ausência desse inimigo comum, competem entre si, e ora ganha o partido digital, ora o partido tradicional. Não são dinâmicas excludentes, pelo contrário. Há uma aliança preferencial com o Partido Liberal (PL), mas o Partido Digital Bolsonaro está presente em qualquer partido do centrão. Com essa colaboração, o partido digital também consegue acessar a institucionalidade ao mesmo tempo em que permanece na sombra.

Existem partidos digitais que desejam se institucionalizar; em estudo do Cebap⁵, denominamos essa categoria de “partido plataforma”. São aqueles que mimetizam plataformas que permitem a participação das pessoas, como o Facebook. O Partido Digital Bolsonaro, porém, não apenas não busca institucionalizar-se, como é anti-institucional. Essa é sua grande vantagem: ser antissistema e operar sem limitações. Por isso, o bolsonarismo é sempre contrário à regulação das redes, porque uma pessoa pode dizer o que bem entender, ainda que isso ofenda quem discorda. O ecossistema bolsonarista não se limita a transmitir informações, ele resulta em cargos e mandatos e mobiliza pessoas. As pessoas vão para as ruas a partir de um chamamento do Partido Digital Bolsonaro.

Um partido tradicional vivo possui debate interno. Pode ter, por exemplo, correntes: grupos que se reúnem para definir o que consideram ser o futuro do partido, formulam teses, debatem entre si e disputam em convenções. A partir do momento em que se escolhem os dirigentes, eles ocupam cargos e existe uma

5. Há um estudo amplo do Cebap sobre o funcionamento do Partido Digital Bolsonaro, porque na verdade ainda sabemos muito pouco sobre partidos digitais — um fenômeno recente, que não se consolidou ainda como um campo de estudos suficientemente amplo e profundo para realizar estudos comparativos. Ver NOBRE, Marcos; et al. *O Partido Digital Bolsonaro: concepção teórica, organização e pesquisa geral*. CCI/CEBRAP e DX, 2025. Disponível em: <https://cci-cebrap.org.br/wp-content/uploads/2025/05/O-Partido-Digital-Bolsonarista.pdf>. Acesso em: 6 out. 2025.

hierarquia. Para alguém se candidatar em um partido tradicional, é preciso seguir várias etapas. Uma das expressões mais comuns na política tradicional é: “política tem fila”. Ou seja, é preciso galgar a escada. O partido digital chutou essa escada e, com isso, abriu a possibilidade de que pessoas que nunca haviam pensado em se candidatar, candidatem-se.

A hierarquia do Partido Digital Bolsonaro existe, mas não se estabelece como em um partido tradicional. É mais difícil de ser mantida, pois não é simplesmente o número de seguidores que define quem está acima ou abaixo na hierarquia, mas a intersecção daquilo que chamamos de “cadeias de lealdade”, que têm referências, intermediários e lideranças.

No Cebrap, fizemos um uso bastante heterodoxo do livro ‘Saída, voz e lealdade’, de Albert Hirschman (Perspectiva, 1973), para analisar essas cadeias de lealdade. Quando alguém inserido em uma cadeia de lealdade discorda de uma ação ou posição do líder, existem duas possibilidades: o líder muda de posição ou a pessoa sai daquela cadeia de lealdade. Quem discorda do líder não apenas se dirige diretamente a ele, se dirige aos demais integrantes da cadeia de lealdade para convencê-los a pressionar o líder por mudança de posição. Diferentemente das correntes partidárias, uma mesma pessoa pode participar simultaneamente de diferentes cadeias de lealdade.

Por isso, é importante olhar a intersecção, o nó da rede, para estabelecer a hierarquia do partido digital. Essa hierarquia não decorre de mandato nem de cargo; precisa ser conquistada diariamente, hora a hora, para que o líder mantenha sua posição. E como ele faz isso? Sem medo de errar — se der errado, ele retrocede. No ecossistema, quando o líder retrocede, isso é interpretado como sinal de boa liderança.

No mundo digital, a mudança na relação com os líderes é visível: não há um líder carismático que fala e uma massa que obedece; trata-se de uma relação de mão dupla, cujo vaivém é observável. Além disso, há uma discussão da própria base em relação ao líder. Isso é muito efetivo, porque, como o partido digital não tem compromisso com a institucionalidade, ele pode operar dessa forma o tempo todo. Ainda estamos engatinhando na

compreensão desse fenômeno, mas é possível reconhecê-lo como partido tanto por possuir hierarquia, quanto por abrigar correntes e por dirigir-se à institucionalidade.

Outra característica do Partido Digital Bolsonaro é ser um ecossistema economicamente autossustentado que oferece duas coisas: remuneração e possibilidade de candidatura. Há, portanto, uma fusão entre a figura do influencer e a do candidato. Trata-se de um ecossistema complexo e opaco — não se sabe exatamente quem o financia —, que remunera as pessoas e permite, ao mesmo tempo, que elas sejam candidatas. Do ponto de vista legal, essa fusão seria absurda, porque configura, na prática, financiamento indireto de campanhas políticas, quando deveria haver um controle da Justiça Eleitoral sobre o financiamento de campanhas políticas. Produz-se, ademais, uma visão alternativa da história, da cultura e da política do país. Talvez o exemplo mais destacado seja o Brasil Paralelo, economicamente autossustentado e produtor dos seus próprios conteúdos.

Partidos de massa, na sua origem, não tratavam apenas de política: abordavam as dificuldades da vida cotidiana, o desemprego, como criar os filhos, etc. O Partido Digital Bolsonaro faz isso também, é como se realizasse um trabalho de base. Nos estudos sobre política, há setenta anos não se estuda partidos. Permaneceu a ideia de partido tal como estabelecida na década de 1950 — uma estrutura hierárquica rígida — e assim ficou. Não se estudou, desde então, não apenas a teoria dos partidos, mas seu funcionamento concreto. Estamos tentando fazê-lo agora porque talvez uma das coisas mais importantes do momento para combater a extrema direita seja compreender como funciona o Partido Digital Bolsonaro.



PABLO ORTELLADO

Professor de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

De que forma as guerras culturais transformaram o debate político e tornaram-se uma estratégia central da extrema direita?

A crise política contemporânea é movida pelas guerras culturais — que são um processo de ação e reação. A depender do ponto de partida adotado, atribui-se a um lado ou a outro a deflagração desse processo. Nos anos 1960, o movimento negro, o movimento feminista, o movimento gay — que era como se chamava o movimento LGBTQ+ —, e a contracultura empreenderam um esforço de reorganização das relações interpessoais. Houve também alguma atuação voltada à mudança legislativa, mas predominou o empenho em mudar as relações interpessoais: fomentar igualdade e convívio entre brancos e negros, pessoas homoafetivas e heteronormativas, enfim, mudar a maneira como nos relacionamos. Esse esforço foi em grande medida bem-sucedido, transformou a nova normatividade social. Parte desse resultado decorre da ocupação de instituições de reprodução de valor, como as escolas, as universidades, os meios de comunicação e as instituições culturais, por movimentos progressistas.

Em meados dos anos 1990, os conservadores morais — que não precisavam se organizar politicamente porque eram maioria da sociedade — subitamente perceberam-se minoria. Encararam essas mudanças como profundas, como um “apocalipse moral”. Entre as instituições de reprodução de valores, aquela que não havia sido tomada pelo progressismo eram as igrejas; nelas, os conservadores se abrigaram e deflagraram a guerra. É possível narrar essa história de outro modo — que a deflagração coube aos progressistas — tanto faz. O que se observa é a mudança dos valores encampada pelos progressistas e uma subsequente reação dos conservadores. As guerras culturais são, portanto, essa disputa de valores que ocupou a esfera pública a ponto de reorganizá-la politicamente, relegando a um plano relativamente secundário a velha divisão que separava esquerda e direita por meio da política econômica e da política social. A nova divisão que organiza a sociedade opõe valores progressistas a valores conservadores.

Há também uma circunstância de política econômica que ajuda a explicar o fenômeno. O período em que essas guerras culturais estouram, os anos 1990, é marcado por uma crise fiscal do Estado que leva a uma crise política de indiferenciação entre esquerda e direita. Uma vez que o Estado carece de recursos

discrecionários (ou seja, não há sobra de recurso que não seja constitucionalmente carimbado), a política entregue por esquerda e direita se torna muito parecida.

//

As guerras culturais acontecem no chão da sociedade; não são um fenômeno das elites políticas, muito menos das elites parlamentares.

//

No caso brasileiro, esse período foi marcado pelo antagonismo entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) — partidos que representavam os dois campos políticos principais — que entregaram políticas muito semelhantes. O mesmo ocorreu com o governo Clinton, nos EUA, e com o novo trabalhismo inglês, de Tony Blair.

Nos países em que o voto não é compulsório, observa-se a diminuição da participação nas eleições, de filiação partidária e da assinatura de jornais. Analisando uma série de indicadores desse tipo, constata-se que o sistema político enfrenta uma crise de legitimidade. O motivo é o desinteresse das pessoas pela política, pois há a sensação de que seus votos não fazem diferença — se votarem na direita ou na esquerda, o resultado será aproximadamente o mesmo. Enquanto esse sistema político se encontra em crise, verifica-se na sociedade um processo de diferenciação causado pelos novos movimentos sociais. As guerras culturais acontecem no chão da sociedade; não são um fenômeno das elites políticas, muito menos das elites parlamentares.

No Brasil, nos anos 2010, o sistema político internalizou a diferenciação da sociedade civil entre progressistas e conservadores e transformou a indiferenciação em superdiferenciação. Ou seja, o sistema que antes entregava políticas semelhantes passou a entregar

guerras culturais e, portanto, valores profundamente diferentes. Isso aconteceu porque as guerras culturais são um jeito de fazer política de um modo distintivo, sem gastar recursos. Ela diferencia os campos políticos, sem comprometer o orçamento. A assimilação das guerras culturais passou a reorganizar todo o sistema político que estava em crise: antes, ninguém se interessava por política; agora, a nossa sociedade encontra-se provavelmente hiperpolitizada — e uma das consequências é a intolerância política.

Quando a distinção entre esquerda e direita se ancorava na política econômica e social, havia amplo espaço de negociação. Por exemplo: enquanto a esquerda defendia um papel mais ativo do Estado, a direita era favorável às privatizações. Entre esses dois modelos plenos, havia um largo espaço — como empresas públicas com ações na bolsa, empresas privadas com marco regulatório estrito — que possibilitava negociar soluções intermediárias a depender do jogo de forças no Parlamento.

Como negociar sobre porte de arma, aborto, legalização da maconha, ensino de gênero nas escolas, quando qualquer solução intermediária é insatisfatória para ambos os lados, por se tratarem de assuntos morais que mobilizam a integridade ética dos dois campos? O resultado é uma política sem mediação e sem compromisso, uma política conflitiva que nos encaminha para a violência.

Há uma maioria silenciosa ainda distante da polarização política no Brasil?

Do ponto de vista histórico, a sociedade brasileira está muito polarizada. Do ponto de vista quantitativo, ainda não está majoritariamente polarizada. Dois fenômenos recentes demonstram como isso está acontecendo. Primeiramente, as identidades políticas estão muito sobressalentes. Até cinco anos atrás, os institutos de pesquisa brasileiros não coletavam identidades de esquerda e direita, muito menos de conservador e progressista. Havia um entendimento de que isso não significava nada para a população brasileira, que não era suficientemente escolarizada ou politicamente sofisticada.

//

As guerras culturais são um jeito de fazer política de um modo distintivo, sem gastar recursos.

//

da para esses signos fazerem qualquer sentido. Hoje, esses valores estão bastante alinhados. Há uma parcela expressiva das pessoas que possuem essas identidades políticas de modo marcado e que se mostram razoavelmente alinhadas a atitudes sobre diversos assuntos. Ou seja, quando a pessoa se declara de direita, não se trata apenas de uma identidade vazia, isso implica uma série de posições políticas.

Em segundo lugar, verifica-se o antagonismo entre as identidades. Esse fenômeno é mais acentuado do que o fenômeno de organização entre posições e identidade. Observa-se maior aversão ao adversário do que avanço na coerência política. Por exemplo, ser de esquerda e manter posições coerentes com a esquerda. Os dois fenômenos são concomitantes, mas a hostilidade avança mais rápido e tem sido mais relevante para a organização do campo político que tomou a sociedade brasileira.

Isso, porém, não abrange a sociedade brasileira como um todo. Cerca de 55% da população permanece distante desse jogo. Há uma maioria silenciosa que ainda não foi polarizada e que adota posições intermediárias sobre quase tudo. Trata-se de um segmento desengajado e com estranhamento em relação à política. São parcelas demograficamente mais negras, mais pobres, menos escolarizadas. Então, talvez 40–45% da população esteja bastante polarizada, mas a maioria não. É possível olhar para o passado e afirmar que caminhamos para o abismo, ou olhar para o retrato presente e afirmar que ainda há tempo de reverter a situação.

Qual o peso das big techs na popularidade da extrema direita?

Tenho uma visão muito dissidente em comparação com os meus colegas que estudam o assunto. O argumento usual sustenta que os algoritmos, ao buscarem maximizar a atenção dos usuários, entregam conteúdos muito semelhantes ao que estes já pensam — as chamadas “câmaras de eco” —, o que resultaria em radicalização; e que isso seria uma postura inconsequente e irresponsável das plataformas, as quais, em benefício de seus negócios, estariam levando a sociedade à ruína. Vejo problemas nessa descrição.

Do ponto de vista dos negócios, a política constitui uma parcela razoavelmente pequena. Não é insignificante, mas traz muitos problemas para as empresas. Gerou, por exemplo, uma crise de credibilidade. Desde 2016, com o Brexit e a primeira eleição de Trump, as plataformas estiveram sob intenso escrutínio para alterar os seus algoritmos. A pressão foi significativa, e as empresas promoveram uma série de mudanças. Analisando a série histórica, observa-se claramente que os algoritmos passam a desfavorecer conteúdos hiperpartidários. É possível que esse quadro tenha mudado em 2025, com a virada das empresas de tecnologia em apoio a Trump — ainda não há dados para afirmar com clareza. Mas, ao longo da última década (2016–2025), o que se observa é o algoritmo agindo contra o processo de radicalização.

Apesar do “freio de mão” puxado pelas plataformas após 2016, não houve diminuição da polarização; ao contrário, observamos seu crescimento. Ao analisar a série histórica, o que vemos é que as plataformas reduziram a visibilidade de conteúdo hiperpartidário, não apenas de direita, mas também de esquerda, e conteúdos *mainstream* da grande imprensa passaram a ter mais visibilidade. Ainda assim, as pessoas continuaram a compartilhar intensamente conteúdos hiperpartidários, mesmo com as plataformas distribuindo-os menos. Ou seja, trata-se de um fenômeno social que ocorre a despeito do desestímulo das plataformas. Creio, portanto, que o nosso problema é fundamentalmente de natureza social.

Isso não significa que as mídias sociais tenham sido desimportantes para a polarização política. Foram importantes, mas, creio, por outras razões. O motivo mais simples, que notamos na primeira geração de estudos, é que elas diminuem os custos de organização: posições marginais, que estavam espalhadas na sociedade e não se encontravam, conseguiram se organizar rapidamente, pois o custo de se organizar e de mobilizar politicamente caiu bastante.

Quando fazemos um deslocamento da comunicação de massa — jornal, televisão e rádio — para uma comunicação distribuída, perde-se o papel dos editores e curadores que funcionavam como barreira para a entrada de ideias muito extremas, insensatas ou em desacordo com os valores do *establishment*. Isso desapareceu. Agora, essas vozes que seriam consideradas menos qualificadas no registro anterior, ganham audiência.

Há um argumento muito disseminado, quase senso comum, de que a direita teria um domínio técnico das redes superior. Creio que isso seja falso. Não há nada que a direita saiba fazer que a esquerda ou o centro não saibam fazer. Montar grupos de WhatsApp, mobilizar por meio do Telegram e criar conteúdos virais são técnicas e procedimentos amplamente dominados. A esquerda, inclusive, provavelmente detém mais quadros tecnicamente capacitados do que a direita. Seu pior desempenho se deve à menor popularidade da sua mensagem. A extrema direita não tem domínio técnico superior das mídias, sua mensagem é que é mais popular — é nociva, mas tem maior apelo.



WILSON GOMES

Professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em Filosofia, é pesquisador nas áreas de comunicação política, teoria democrática e democracia digital.

A onda atual de extrema direita se assemelha aos fascismos do século 20?

Não é que exista uma extrema direita anterior e agora essa seja uma “nova” extrema direita — movimentos extremistas aparecem de vez em quando. Como surto mundial, naturalmente podemos compará-la com o que acontecia há 100 anos, quando houve um grande surgimento de extremismos de direita no mundo. Podemos também comparar o cenário atual aos extremismos de direita que aconteceram nos golpes militares da América Latina. A onda atual se parece mais com os movimentos dos anos 1920 e dos anos 1930, porque envolve movimentos mais populares e massificados, e não simplesmente um movimento da elite militar ou econômica, como ocorreu nos golpes militares.

Não gosto muito da ideia de nomear o que vemos hoje de fascismo ou nazismo, porque existem diferenças claras. Não há, ainda, no mundo atual, uma extrema direita que esteja matando minorias, estabelecendo projetos de eugenia, ou que assuma o poder de tal maneira a praticamente pulverizar qualquer tipo de resistência das instituições da democracia liberal. Existem episódios isolados de governos

mais autoritários e menos autoritários. Outra diferença é que, pelo simples fato de ter havido experiências de fascismo no passado, certas instituições foram projetadas para evitar que aquilo acontecesse novamente. Por exemplo, o Judiciário.

Algumas pessoas têm demonstrado incômodo com a forma como os Judiciários têm reagido aos avanços da extrema direita. Isso acontece porque os Judiciários foram poderes muito fracos nos anos 1920, 1930, até o início dos anos 1940, quando o fascismo atingiu seu auge. Foram, então, desenhadas instituições defensivas que, de alguma maneira, garantem algum tipo de reação. O Judiciário no Brasil foi muito fraco durante a ditadura militar: não foi capaz de reagir a nada. Com uma canetada, cedeu, se entregou, foi destruído e os juízes que podiam resistir foram afastados. Hoje, nosso Judiciário reage exatamente pela experiência do passado. E não é só um caso brasileiro. Na França, Le Pen está inabilitada. Na Alemanha, o Judiciário autorizou o monitoramento da Alternativa para a Alemanha (AfD), por exemplo. Por isso, o discurso da perseguição judicial à extrema direita tornou-se, hoje, um fenômeno global.

Qual é a relação da extrema direita com o liberalismo?

A filosofia liberal é a chave para compreender essa relação. A experiência da democracia contemporânea resulta da convergência entre as escolas liberal e democrática: de um lado, os esforços e os limites colocados contra o poder absoluto e os direitos e garantias individuais do liberalismo; de outro, o universalismo da democracia. Assim se estrutura a nossa democracia. Contudo, há uma contradição observável: os grupos radicais, tanto de direita quanto de esquerda, tendem a reivindicar liberdades e direitos, mas apenas para si. Todo o tempo, líderes e massas da extrema direita afirmam lutar por liberdades — de expressão, de religião, de viver do jeito que lhes aprouver, etc. Parece um discurso em defesa da liberdade. Examinado de perto, porém, percebem-se muitas contradições. A extrema direita reivindica liberdade de expressão, mas é sempre flagrada censurando livros, impedindo palestras e autores. É, portanto, um desejo de liberdade de expressão apenas para as expressões que não lhe são desagradáveis. Assim como os combatentes da esquerda fazem o mesmo jogo: querem liberdade de expressão, mas para a expressão apenas dos seus pontos de vista.



Os grupos radicais, tanto de direita quanto de esquerda, tendem a reivindicar liberdades e direitos, mas apenas para si.



Então, há um duplo discurso — de ambos os lados — em que se reivindica, de forma enfática e retórica, a liberdade e os direitos, mas apenas conforme a sua própria conveniência. São grupos extremamente intolerantes a qualquer divergência. Conservadores pedem liberdade para conduzirem a sua vida, oferecer outro tipo de educação para suas crianças, não se vacinarem e afins; por outro lado, quando se



O combinado democrático organiza-se a partir da tolerância.



trata de liberdade sexual ou de viver outro tipo de orientação sexual, mobilizam-se contra tais liberdades, por considerarem-nas violadoras de uma determinada norma. Trata-se de um discurso naturalmente carregado de contradições, porque, no fundo, é uma reivindicação de liberdades formulada por intolerantes.

Por que a tolerância é um valor indispensável para o funcionamento da democracia?

A intolerância como princípio começou a ser esculpida antes das revoluções burguesas que criaram a democracia moderna, no contexto das guerras religiosas. Na Inglaterra, trucidaram os católicos e, na França, trucidaram os protestantes. Em dado momento, consolidou-se a conclusão de que não seria possível produzir uma sociedade com base na ideia de uma “fé verdadeira” e que a outra fé — considerada não verdadeira — deveria ser punida e eliminada, e as pessoas mortas e espoliadas de direito. Não havia como decidir qual era a “fé verdadeira”, portanto, decidiu-se estabelecer um limite: as sociedades não seriam organizadas a partir dessa noção.

Cada grupo possui a sua fé verdadeira, então, a sociedade seria organizada em duas esferas, privada e pública, e o Estado não seria organizado por esse parâmetro. Como lidar, então, com essa diversidade? Esse é o princípio da tolerância: inscrever nas constituições a ideia de tolerância política e de tolerância aos diferentes modos de vida.

O combinado democrático organiza-se a partir da tolerância. Ela é fundamental não apenas para garantir diversidade de posições



e a livre expressão, mas para que possamos conviver com a convicção alheia de que a sua própria fé é verdadeira, bem como com o direito de defendê-la e vivê-la. Perde-se, nesse momento, o sentido histórico de por que a democracia não pode existir em um regime de intolerância: ela, por definição, assimila a diversidade e o conflito das posições. A diferença em relação às soluções autoritárias é que, no autoritarismo, pode-se determinar qual é a posição verdadeira *a priori* e organizar a vida a partir dela. Na democracia, não, supõe-se que as pessoas divirjam, e a divergência não é condenável, ela faz parte da vida pública.

Acredita-se que a sociedade possa progredir com a divergência, o atrito de pensamento, a colisão das vontades e dos desejos entre as pessoas. A divergência não é um defeito — além de ser um fato humano, é apreciável. O sistema democrático funciona justamente porque supõe a divergência. A democracia pode ter muitos defeitos, por exemplo, ser lenta na tomada de decisão e não assegurar que a decisão democrática seja a melhor. Mas garante que a minoria, a posição derrotada em dado momento, não seja eliminada, banida ou impedida de usar todos os recursos possíveis, dentro da democracia, para tentar tornar-se maioria. Maiorias e minorias são relativas a um determinado momento.

Nas nossas sociedades ocidentais, a democracia tornou-se um valor universal, mas o mesmo não ocorreu com a tolerância ou o respeito ao pluralismo. O pressuposto básico é de que ideias ou posições políticas de que não se gosta, não podem nem devem ser toleradas. Enquanto, na verdade, o princípio da tolerância afirma o contrário disso. É nesse ponto que reside o impasse em que nos encontramos, pois vivemos em uma sociedade de extrema intolerância.

Frequentemente recorre-se ao chamado Paradoxo da Intolerância formulado por Karl Popper: devemos ser tolerantes com o intolerante? Há, também, o paradoxo da democracia: se todas as posições devem ser respeitadas, o que fazer quando é eleita uma posição que não respeita as demais? Como resolver o paradoxo da tolerância? O princípio é a tolerância e o que não se aceita é a posição que a rejeita. Então, não se trata de uma autorização para que seja-

mos intolerantes com determinadas posições. Ao contrário, é uma regra de autocontenção. O que não pode ser aceito é o direito de eliminar o jogo e as suas regras.

É evidente que somos favoráveis à liberdade e contrários à violência. Não admitimos que alguém seja calado no tiro, porém, é só quando isso de fato acontece que não pode ser aceito. De resto, o espectro do que deve ser tolerado deve ser o mais amplo possível — essa é a posição de Popper. Não se pode recusar a posição alheia por ser muito desagradável ou ofensiva. Existem limites legais: a pessoa não é impedida de falar, mas é possível responsabilizá-la penalmente. Mas impedir a expressão por intolerância não existe no esquema popperiano.

O problema é que, cada vez mais, as pessoas ampliam o limite do “intolerável”. A piada racista, por exemplo, tornou-se intolerável. Ela é punível, sem dúvida, mas não é intolerável. A liberdade de expressão foi inventada para proteger posições ou discursos, mesmo que reproduzam o preconceito social. Então, há uma diversidade de posições, inclusive posições absolutamente repugnantes, contra as quais devemos gritar, mas que fazem parte do pacote daquilo que devemos tolerar. À medida que diminuimos o espectro do que é tolerável, chega um determinado momento em que cabemos só nós.

Vale a Pena Perguntar: O futuro começa com boas perguntas. Conheça os outros volumes dos Cadernos:



BRICS e a nova ordem global multipolar (2025)

Ana Garcia (BRICS Policy Center), Guilherme Casarões (Florida International University), Fernanda Magnotta (FAAP), Larissa Basso (IEA-USP), Marianna Albuquerque (IRID-UFRJ) e Pedro Dallari (IRI-USP) falam sobre os caminhos e os dilemas da presença brasileira no BRICS diante da crescente rivalidade entre Estados Unidos e China.



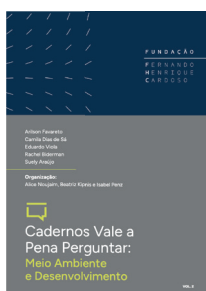
Inteligência Artificial e Meio Ambiente (2025)

Dora Kaufman (PUC-SP), Glaucio Arbix (USP), Patrícia Iglecias (USP) e Roberto Waack (Instituto Arapyaú) respondem a questões sobre o impacto ambiental da inteligência artificial, as possibilidades para combater a mudança climática por meio dessa tecnologia e os caminhos para construir uma regulação ambiental adaptável para a IA.



Sistema Político Brasileiro e Qualidade da Democracia (2024)

Andréa Freitas (Unicamp), Beatriz Rey (Universidade de Lisboa), Bruno Carazza (Fundação Dom Cabral), Cláudio Couto (FGV), Lara Mesquita (FGV) e Luiz Augusto Campos (UERJ) refletem sobre as mudanças no equilíbrio entre os poderes ao longo da última década, os impactos das últimas reformas políticas e como o sistema político brasileiro poderia ser aperfeiçoado.



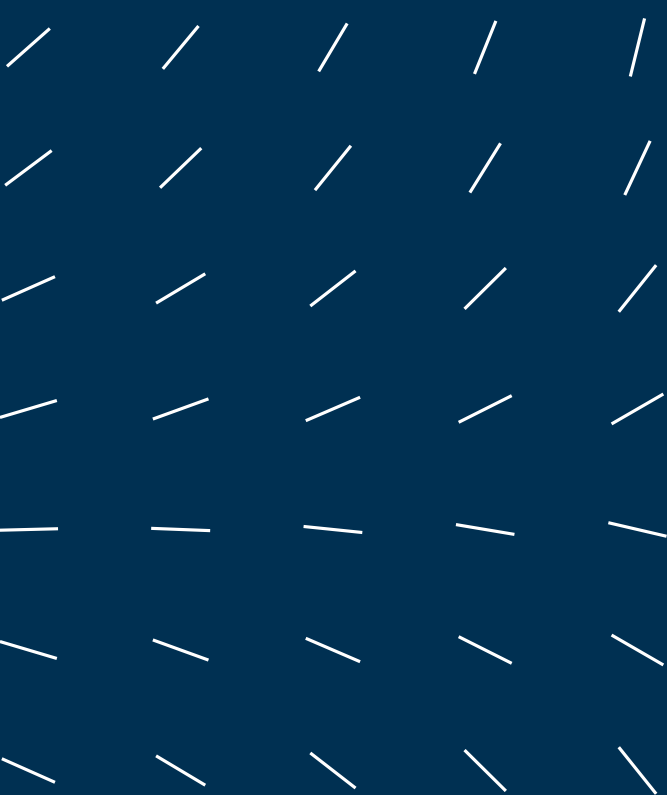
Meio Ambiente e Desenvolvimento (2024)

Suely Araújo (Observatório do Clima), Rachel Biderman (Conservation International), Camila Dias de Sá (Insper Agro Global), Eduardo Viola (USP) e Arilson Favareto (Cebap) dissertam sobre a urgência de se repensar os modelos de desenvolvimento no Brasil diante do desafio climático global.



Digitalização e Futuro do Trabalho (2023)

Álvaro Comin (USP), Ana Paula Camelo (FGV), Dora Kaufman (PUC-SP), Glaucio Arbix (USP), José Pastore (USP) e Olívia Pasqualetto (FGV) discorrem sobre como a revolução tecnológica atual impacta o trabalho; de que modo essa revolução chega no Brasil, considerando a especificidade do nosso contexto nacional; e quais as alternativas para proteção dos trabalhadores diante desse cenário.



F U N D A Ç Ã O

F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O